



## Políticas Públicas e Formação de Professores para as Relações Étnico-Raciais

Marcela Magalhães António Paludo, discente do curso de Pedagogia EaD UAB,  
Universidade Federal do Pampa, Campus Gramado  
Simone Silva Alves, docente, Universidade Federal do Pampa, Campus  
Jaguarão/RS.

marcelaantonio.aluno@unipampa.edu.br  
simonealves@unipampa.edu.br

O presente trabalho reúne os estudos e reflexões críticas da pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais, problematizando, discutindo, refletindo e promovendo estudos e pesquisas relativos à Educação das Relações Étnico-Raciais, Formação de Professores e Políticas Públicas, que evidenciem correlações no combate ao racismo, já que essa é uma pauta não emergente do Estado brasileiro, pois a discriminação racial e o preconceito se reproduzem em todas as esferas da vida cotidiana. Pesquisas demonstram que as políticas públicas voltadas para a população negra não são relevantes no contexto educacional, para o fortalecimento da democracia racial. Atualmente grupos considerados superiores obtêm privilégios em relação a outros considerados inferiores, gerando desigualdade do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Sendo assim, o entendimento sobre o papel e aplicabilidade das políticas públicas na formação de professores para as relações étnico-raciais na construção de uma democracia racial, é imprescindível para derrubar barreiras de ordem moral, epistemológicas, ideológicas que impedem a participação cidadã, articulando uma relação entre ensino-pesquisa-extensão, que oportunize espaços democráticos de produção, e divulgação de saberes além da pedagogia clássica, que silencia o histórico cultural afro-brasileiro e africano do círculo escolar. A metodologia pautou-se na pesquisa documental qualitativa que possibilitou uma abundância de informações e conhecimentos que deram suporte para o entendimento do objeto na sua contextualização histórica, educacional e sociocultural (TRIVIÑOS, 2007). Para tanto, analisamos trabalhos científicos que abordam os conceitos chaves da Lei nº 10.639/03; da Lei nº 9.394/96; do Parecer do CNE/CP 03/2004; da Resolução CNE/CP 01/2004; da Resolução CNE/CP 02/2019; e da Resolução CNE/CP 01/2019. Finalizando, verificamos que o processo de formação de professores, quanto aos conceitos, orientações e discussões das políticas públicas para educação para as relações étnico-raciais, ainda é deficitário, abarcando poucos cursos em nível superior de formação de professores, revelando que, a efetivação dessas políticas está correlacionada a investimentos em pesquisas científicas, formação inicial e continuada de professores, e aos programas socioeducativos, pois a guisa central deve estar na superação do racismo institucional. Nesta perspectiva, a investigação sinaliza urgência na reorganização de práxis, tempos e currículos nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

**Agradecimentos:** PROEXT- PROFOR- UNIPAMPA

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Formação de Professores; Relações Étnico-

Raciais; Ensino-Pesquisa-Extensão; Formação Continuada.